



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto seguinte.

Bárbaros

A hipocrisia é uma característica comum dos impérios, mas alguns exageram. Quando a rainha Vitória se declarou chocado com os bárbaros chineses em revolta contra os ingleses, no fim do século XIX, não mencionou que a revolta era uma reação dos chineses à obrigação de importar o ópio que os ingleses plantavam na Índia, tendo destruído sua agronomia no processo.

Os ingleses obrigavam os hindus a abandonarem culturas tradicionais para produzir o ópio e foram à guerra para obrigar os chineses a consumi-lo, num momento particularmente bárbaro de sua história.

Havia sempre bárbaros convenientes nas fronteiras dos impérios: orientais fanáticos, monstros primitivos, tiranos sanguinários. Legitimavam a conquista colonial, transformando-a em missão civilizadora, enobreciam a raça conquistadora pelo contraste e – em episódios como o da Guerra do Ópio – disfarçavam a barbaridade maior dos civilizados alegando a truculência já esperada de raças inferiores.

As razões do mais forte continuam chamando-se razões históricas. As razões dos mais fracos são “protestos raivosos desses bárbaros rebeldes”, que teimam em se opor à sua dominação pelos mais fortes. E como são os vencedores que se encarregam de contar a História...

(Adaptado de Luís Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**)

1. A hipocrisia dos impérios, tal como caracterizada no texto, está no fato de que

- (A) a razão real da dominação é declarada com todas as letras pelos mais fortes aos mais fracos.
- (B) os dominadores ocultam a razão da dominação, mostrando-se surpresos com a reação dos dominados.
- (C) os conquistadores alegam razões econômicas para encobrir uma opressão de natureza religiosa.
- (D) os dominados simulam aceitar a lógica da dominação, para evitar uma tragédia maior.
- (E) dominadores e dominados acabam por justificar a dominação considerando-a uma fatalidade.

2. Na triangulação econômica entre ingleses, chineses e hindus, caracterizada no texto, fica claro que

- (A) o colonizador atua invariavelmente como consumidor final da produção das colônias.
- (B) cabe a um dos povos dominados colher os benefícios plenos da exploração do outro.
- (C) o dominador impõe o que produz aos povos dominados e se apossa do que eles produzem.
- (D) o colonizador impõe a um dos dominados o tipo de produção e ao outro o consumo do produto.
- (E) cabe ao colonizador administrar a distribuição da produção colonial entre os que a produzem.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A frase *Havia sempre bárbaros convenientes nas fronteiras dos impérios* significa que alguns bárbaros sabiam tirar proveito de uma vantagem geográfica.
- II. A expressão *num momento particularmente bárbaro de sua história* localiza uma época em que os ingleses, contrariando sua tradição histórica, mostraram-se bastante violentos.
- III. A frase *teimam em se opor à sua dominação pelos mais fortes* é irônica, pois ela deixa ver que a reação de quem se defende seria uma inexplicável relutância.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

4. Atente para estas afirmações:

- I. *As razões do mais forte continuam chamando-se razões históricas.*
- II. *(...) são os vencedores que se encarregam de contar a História ...*

É correto considerar que o fato enunciado em

- (A) I é efeito do fato enunciado em II.
- (B) I é causa do fato enunciado em II.
- (C) I contradiz o fato enunciado em II.
- (D) II ratifica exatamente o que fora enunciado em I.
- (E) II encaminha uma conclusão oposta à enunciada em I.

5. Atente para as seguintes frases:

- I. O que não falta aos países imperialistas são pretextos para conquistarem e dominarem países mais fracos.
- II. A utilização das aspas no último parágrafo indicam, neste caso, que se tratam de palavras atribuídas a alguém que não o autor do texto.
- III. Consideram-se “protestos raivosos” as razões dos mais fracos, ao mesmo tempo que se apresentam como justificáveis as bárbaras do mais forte.

Está plenamente adequada a **concordância verbal** SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.



6. Os mais fortes empreendiam a conquista colonial, legitimavam a conquista colonial, atribuindo à conquista colonial o mérito de uma transformação civilizadora que tornava a conquista colonial uma espécie de benemerência.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) legitimavam-na - atribuindo-lhe - a tornava
 (B) a legitimavam - atribuindo-na - tornava-lhe
 (C) legitimavam-na - lhe atribuindo - lhe tornava
 (D) legitimavam-lhe - a atribuindo - a tornava
 (E) legitimavam-a - lhe atribuindo - tornava-a

7. O termo sublinhado em **Sabe-se quão barbaramente os ingleses subjugaram os hindus** exerce a função de, a mesma função sintática que é exercida por na frase **Cometeram-se incontáveis violências contra os hindus**.

Preenchem corretamente as lacunas do enunciado acima, respectivamente:

- (A) objeto direto - **os hindus**.
 (B) sujeito - **os hindus**
 (C) sujeito - **violências**
 (D) agente da passiva - **os hindus**
 (E) agente da passiva - **violências**

Atenção: As questões de números 8 a 15 referem-se ao texto seguinte.

As comunicações e o colapso da ética

O que leva um jovem profissional a considerar "normal" que uma empresa de comunicação se alie a um governo ou aos interesses de um poderoso grupo de anunciantes e que seu jornalismo deliberadamente omita, distorça e manipule informações? Por que as constatações de que "todos fazem do mesmo jeito", "se não fizer assim não sobrevive", "esse é o jogo jogado" etc. se tornam suficientes para que profissionais se ajustem inteiramente ao "sistema"? Essas, obviamente, não são questões novas e, certamente, não se restringem ao campo profissional das Comunicações – uma forte razão, aliás, pela qual não podem ser ignoradas.

Em seu livro **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**, Bernardo Kucinski chama a atenção para o fato de que jovens jornalistas rejeitam a possibilidade de uma ética porque "o desemprego estrutural fez da competição

com o próprio companheiro uma necessidade de sobrevivência, e nesse ambiente as éticas socialmente constituídas cederam espaço a uma ética de cada indivíduo. Cada um tem o dever de pensar antes de tudo em si mesmo, em seu projeto de vida. Uma ética em que o dever é definido como negação do social, como celebração da individualização ética".

As ponderações de Kucinski nos ajudam a compreender o que está acontecendo com os jovens profissionais em disputa no mercado, e vão muito além do próprio campo das Comunicações. Falam dos valores e das práticas que dominam o nosso tempo de pensamento único e capitalismo globalizado. Que diferença entre essas práticas e a recomendação do velho jornalista norte-americano Joseph Pulitzer, que no tão remoto ano de 1904 alertava: "É a ideia de trabalhar para a comunidade, não para o comércio ou para si próprio que deve nortear as preocupações de todo jornalista".

Atravessamos no Brasil um período de profundas transformações que implicará importantes mudanças estruturais regulatórias da natureza e das atividades do sistema de comunicações. Dessas transformações vai surgir um novo perfil (já em construção, aliás) de profissionais e uma nova correlação de forças entre os envolvidos no setor. Cuidemos todos para que não se consagre de vez o prestígio cínico de um vazio ético.

(Adaptado de Venício A. de Lima, **Observatório da imprensa**)

8. O autor do texto analisa a atuação de profissionais da área das comunicações e constata que essa atuação,
- (A) diferentemente de outros campos profissionais, sofre os excessos de uma indesejável competição.
 (B) de forma preocupante e generalizada, já não leva em conta os valores éticos socialmente constituídos.
 (C) tal como ocorre em outros campos profissionais, preocupa-se apenas com o aprimoramento técnico.
 (D) particularmente no campo da informática, abandona os parâmetros mais rigorosos da ética profissional.
 (E) de modo progressivo e ameaçador, substitui os valores tradicionais por parâmetros ousados e ineficazes.



9. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *deliberadamente omite* (1º parágrafo) = explicitamente restrinja
- (B) *distorça e manipule informações* (1º parágrafo) = venha a destorcer e a manusear informes
- (C) *éticas socialmente constituídas* (2º parágrafo) = valores institucionalmente associados
- (D) *celebração da individualização ética* (2º parágrafo) = consagração da singularidade civil
- (E) *prestígio cínico de um vazio ético* (4º parágrafo) = valorização impudente da ausência de ética
-
10. Refletindo sobre a atuação dos jornalistas atuais, Bernardo Kucinski releva, em seu livro, o caráter
- (A) nefasto do rigor ético, quando aplicado em carreiras competitivas.
- (B) irrelevante do vazio ético, no caso de uma necessária modernização.
- (C) acessório da preocupação ética, dentro de uma competição saudável.
- (D) negativo do comportamento individualista, indiferente aos valores éticos.
- (E) traiçoeiro dos valores éticos, quando excessivamente interiorizados.
-
11. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Há quem suponha que o desemprego estrutural do nosso tempo propicie uma razão, ainda que justificável, para o fato de a competição abolir a ética e seus valores congêneres.
- (B) A disputa de mercado no campo das comunicações atuais trazem consigo uma irrelevância para com os valores éticos – razão de uma grande preocupação social.
- (C) A preocupação com os leitores, que deveria nortear a ação dos jornalistas, deu lugar a um inaceitável individualismo, de cínico prestígio entre os jovens profissionais.
- (D) Todas as perguntas elaboradas no início do texto dizem respeito a questões onde as respostas são difíceis, embora previsíveis, por conta do fatalismo e da acomodação ética.
- (E) Não há nem termo de comparação entre as preocupações do velho jornalista norte-americano citado com os profissionais da imprensa atual, cuja ética não os parece demover.
-
12. Numa carta em que um velho jornalista se dirigisse a um recém-contratado do jornal, seria plenamente aceitável a redação da seguinte frase:
- (A) Não temais, meu caro, a concorrência de teus colegas: confia em teus próprios valores, afeire-se a eles e segue em frente.
- (B) Os valores que nortearão suas decisões profissionais não devem, meu caro, desmerecer os valores pessoais de que você se orgulha.
- (C) Se te vierem ameaçar as piores tentações, fuja delas, amigo, não as dê qualquer atenção, e não terás motivo de arrependimento.
- (D) Aprenderás com o tempo, meu jovem, que mesmo nas pequenas decisões que adotar, devem inspirá-lo os valores maiores da ética.
- (E) Bem-vindo seja, colega, e atenta para que a ansiedade da competição não lhe desvie da missão que a comunidade nos confiou.
-
13. A oração sublinhada exprime uma **finalidade** em:
- (A) Ele trabalha por trabalhar, e não por qualquer razão mais nobre.
- (B) Kucinski escreveu um livro por sentir-se indignado com as atitudes de seus colegas.
- (C) Há jornalistas que perseguem valores éticos para orientá-los no exercício de sua profissão.
- (D) A ideia de trabalhar para a comunidade não está comovendo os jovens profissionais.
- (E) Ele dedicou parte de sua vida ao jornalismo enquanto acreditava na alta relevância de sua profissão.
-
14. Estão plenamente adequadas a flexão e a correlação entre tempos e modos dos verbos na frase:
- (A) As ponderações de Kucinski seriam úteis se acata-das por todos os que estivessem envolvidos no campo de atuação que ele analisou.
- (B) Todo louvor aos que se disporem a assumir valores éticos, sem que se importassem com os sacrifícios que isso representaria.
- (C) Teria sido o mercado, e não a fraqueza moral de cada um, o fator que levará os jovens a uma competição cada vez mais violenta.
- (D) Os jovens jornalistas agem hoje como se nunca houvera necessidade de sobreviver ao tempo em que trabalhassem os veteranos.
- (E) Caso ninguém venha a se preocupar com a ética no trabalho, seria inútil que os velhos profissionais venham a nos lembrar o nome de Pulitzer.



15. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Não cabe aos jovens, ao menos os livres de cinismo tentar justificar, suas ações pela pressão do mercado de trabalho, pois os velhos jornalistas, igualmente pressionados, não costumavam abdicar dos princípios éticos.
- (B) Não cabe aos jovens, ao menos os livres de cinismo, tentar justificar suas ações, pela pressão do mercado de trabalho; pois os velhos jornalistas igualmente pressionados, não costumavam abdicar dos princípios éticos.
- (C) Não cabe aos jovens, ao menos, os livres de cinismo, tentar justificar suas ações, pela pressão do mercado de trabalho, pois, os velhos jornalistas, igualmente pressionados, não costumavam abdicar dos princípios éticos.
- (D) Não cabe aos jovens, ao menos os livres de cinismo, tentar justificar suas ações pela pressão do mercado de trabalho, pois os velhos jornalistas, igualmente pressionados, não costumavam abdicar dos princípios éticos.
- (E) Não cabe aos jovens, ao menos, os livres de cinismo, tentar justificar suas ações, pela pressão do mercado de trabalho, pois os velhos jornalistas, igualmente pressionados não costumavam abdicar, dos princípios éticos.

Noções de Informática

16. Utilizando apenas os recursos do Explorador do *Windows XP*, para efetuar a cópia de um único arquivo localizado dentro da pasta A, que está compactada (zipada), para a pasta B, é necessário

- (A) abrir a pasta A, selecionar o arquivo desejado e efetuar a operação "recortar", selecionar a pasta B e efetuar a operação "copiar".
- (B) selecionar a pasta A, efetuar a operação "recortar", selecionar a pasta B e efetuar a operação "colar".
- (C) abrir a pasta A, selecionar o arquivo desejado e efetuar a operação "extrair todos os arquivos".
- (D) selecionar a pasta B, efetuar a operação "nova pasta compactada (zipada)", selecionar o arquivo desejado e efetuar a operação "colar".
- (E) abrir a pasta A, selecionar o arquivo desejado e efetuar a operação "copiar", abrindo posteriormente a pasta B e efetuar a operação "colar".

17. Para evitar invasão aos sistemas de uma empresa, é recomendado que se use em cada máquina uma senha para o *login*, que, para maior segurança, deve conter

- (A) palavras estrangeiras e, de preferência, as que pertençam a algum dicionário.
- (B) variações do nome do usuário, como, por exemplo, a escrita do nome em ordem inversa.
- (C) sequência apenas de números ou formada apenas por letras repetidas.
- (D) letras, números e variações de letras maiúsculas e minúsculas.
- (E) palavras e números de fácil memorização, como placas de automóveis e datas de nascimento de familiares.

18. Para que um arquivo criado pelo *Writer*, do pacote *BrOffice*, possa ser aberto em versões de *Microsoft Word* que não suportem o seu formato padrão, o usuário deverá selecionar a opção

- (A) '**Salvar como**' do menu **Arquivo** e, no diálogo para a gravação do arquivo, escolher o tipo de arquivo desejado.
- (B) **Exportar** do menu **Ferramentas** e escolher o formato desejado para exportação.
- (C) **Propriedades** do menu **Editar** e, na caixa de seleção de tipo de arquivo, escolher o tipo desejado.
- (D) **Compatibilidade** do menu **Formatar** e, na aba de formatos, escolher o modelo desejado.
- (E) **Filtros** do menu **Ferramentas** e criar um filtro para o formato desejado.

19. Após a utilização de uma mídia removível no *Windows XP*, para uma maior integridade das informações contidas neste dispositivo,

- (A) é necessário o procedimento de desfragmentação da unidade removível.
- (B) o sistema operacional efetua *backups* automáticos nas unidades de disco locais.
- (C) é necessário efetuar o procedimento de **remoção segura do hardware** antes de retirá-lo da porta USB.
- (D) o *firewall* do sistema operacional impede que o dispositivo seja acessado pela rede local.
- (E) as portas USB são desativadas automaticamente pelo sistema operacional após o término da cópia de arquivos.

20. Analise:

- I. Para que uma conexão nos navegadores seja segura, o protocolo HTTP deve ser utilizado. Neste tipo de conexão são empregados certificados digitais que garantem a autenticidade do servidor e também utilizadas técnicas de criptografia para a transmissão dos dados.
- II. A utilização de certificados digitais em correio eletrônico garante a autenticidade do cliente. Nesse processo, o cliente assina digitalmente a mensagem com sua chave privada, garantindo que a assinatura seja validada somente com sua chave pública.
- III. A utilização de teclados virtuais utilizados em páginas na internet é uma forma de se precaver contra softwares maliciosos que possam estar monitorando o teclado do computador.

É correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. O Poder Constituinte derivado decorrente consiste
- (A) no estabelecimento da primeira Constituição de um novo país.
 - (B) na possibilidade de alterar-se o texto constitucional do país, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal.
 - (C) na possibilidade dos Estados membros de se auto organizarem através de suas Constituições Estaduais próprias, respeitando as regras limitativas da Constituição Federal.
 - (D) no estabelecimento de uma Constituição posterior de um velho país.
 - (E) no fato de não estar sujeito a qualquer forma prefirida para manifestar a sua vontade.
22. No tocante à interpretação das normas constitucionais, o Princípio da Força Normativa da Constituição determina que:
- (A) a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a evitar contradições entre suas normas.
 - (B) entre as interpretações possíveis, deve ser adotada aquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais.
 - (C) os órgãos encarregados da interpretação da norma constitucional não poderão chegar a uma posição que subverta o esquema organizatório funcional constitucionalmente já estabelecido.
 - (D) na solução dos problemas jurídicos constitucionais, deverá ser dada maior primazia aos critérios favorecedores da integração política e social.
 - (E) a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito seja destinada a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.
23. Sobre a Organização Político-Administrativa, os Princípios Federais Extensíveis são normas centrais
- (A) aos Estados, apenas.
 - (B) comuns à União e aos Estados, apenas.
 - (C) aos Municípios, apenas.
 - (D) comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (E) ao Distrito Federal, apenas.
24. O controle repressivo em relação ao órgão controlador político
- (A) ocorre quando a Constituição submete certas leis e atos normativos ao controle político e outras ao controle jurisdicional.
 - (B) se trata da verificação da adequação de atos normativos com a Constituição feita pelos órgãos integrantes do Poder Judiciário.
 - (C) ocorre em Estados onde o órgão que garante a supremacia da Constituição sobre o ordenamento jurídico é distinto dos demais Poderes do Estado.
 - (D) impede que alguma norma maculada pela eiva da inconstitucionalidade ingresse no ordenamento jurídico.
 - (E) se trata da verificação da adequação de atos normativos previamente pelo Poder Legislativo e depois pelo Poder Judiciário.

25. Apolo, funcionário público, recebeu propina para convidar empresas fantasmas a fim de beneficiar a empresa UUUXXXAA Ltda. no processo de licitação de compra de material escolar pelo Poder Público Estadual. As empresas fantasmas, convidadas, não apresentaram propostas, o que levou a empresa UUUXXXAA a vencer a licitação, mesmo tendo apresentado proposta de fornecimento de material acima dos valores praticados no mercado. Segundo a Constituição Federal, o ato de improbidade administrativa cometido por Apolo, poderá importar
- (A) a perda da função pública, apenas, pois o ressarcimento ao erário competirá a empresa que venceu a licitação.
 - (B) a suspensão dos direitos políticos, apenas, pois o ressarcimento ao erário competirá a empresa que venceu a licitação.
 - (C) a indisponibilidade de bens, apenas, pois é sua obrigação ressarcir o erário, caso a empresa tenha fornecido o material escolar.
 - (D) a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, apenas, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (E) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

26. A prerrogativa concedida aos parlamentares para o exercício do ofício congressual, com a mais ampla liberdade de manifestação, por meio de palavras, discussão, debate e voto no Parlamento ou em uma das suas comissões, se trata da imunidade
- (A) material.
 - (B) formal.
 - (C) lógica.
 - (D) objetiva.
 - (E) subjetiva.

27. Maximiliano, Governador de Estado, foi acusado da prática de crime comum e preso, desejando ingressar com *habeas corpus* para ser libertado, cujo remédio constitucional será processado e julgado originariamente pelo
- (A) Tribunal Regional Eleitoral competente do seu Estado de origem.
 - (B) Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Tribunal de Justiça competente do seu Estado de origem.
 - (E) Tribunal Superior Eleitoral.

Direito Eleitoral

28. O Tribunal Superior Eleitoral
- (A) será presidido pelo juiz mais antigo, independentemente da forma de investidura.
 - (B) elegerá o Corregedor Geral Eleitoral entre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que integram a sua composição.
 - (C) contará na sua composição com três advogados eleitos pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) deliberará sempre por maioria de votos, com a presença de todos os seus membros.
 - (E) compõe-se de sete juízes, todos vitalícios, os quais só deixam o cargo por aposentadoria ou sentença transitada em julgado.



<p>29. No que concerne à propaganda no horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, é correto afirmar que</p> <p>(A) a Justiça Eleitoral fará corte instantâneo de programa eleitoral gratuito ofensivo à honra de candidato, à moral e aos bons costumes.</p> <p>(B) é permitida a utilização da propaganda de candidaturas proporcionais como propaganda de candidaturas majoritárias e vice-versa.</p> <p>(C) é permitida, no segundo turno das eleições, nos programas eleitorais de cada partido, a participação de filiados a partidos que tenham formalizado apoio a outros candidatos.</p> <p>(D) é permitido ao partido político utilizar, na propaganda eleitoral de seus candidatos, em âmbito regional, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.</p> <p>(E) a utilização de comercial ou propaganda realizada com a intenção de promover marca ou produto dependerá do prévio recolhimento aos cofres públicos de taxa fixada pela Justiça Eleitoral.</p>	<p>32. NÃO é documento necessário para instruir o requerimento de registro do estatuto do partido político junto ao Tribunal Superior Eleitoral:</p> <p>(A) exemplar autenticado do inteiro teor do estatuto partidário, inscrito no Registro Civil.</p> <p>(B) exemplar autenticado do inteiro teor do programa do partido, inscrito no Registro Civil.</p> <p>(C) nome e qualificação dos delegados credenciados para representarem o partido perante o Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais e Juízes Eleitorais.</p> <p>(D) certidão do registro civil do partido político como pessoa jurídica no cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal.</p> <p>(E) certidões dos cartórios eleitorais que comprovem ter o partido obtido o apoio mínimo de eleitores exigido por lei.</p>
<p>30. De acordo com a Resolução TSE nº 21.538/2003, considera-se batimento</p> <p>(A) o confronto dos resultados dos votos contabilizados pelas urnas eletrônicas com o nome dos eleitores que estiverem constando das respectivas listas de votação.</p> <p>(B) o cruzamento de informações constantes do cadastro eleitoral com o objetivo de expurgar possíveis duplicidades ou pluralidade de inscrições eleitorais e identificar situações que exijam averiguação.</p> <p>(C) o cruzamento dos votos contabilizados pelas juntas eleitorais e totalizados pelos Tribunais Regionais Eleitorais com os votos contabilizados pelas urnas eletrônicas.</p> <p>(D) o confronto dos resultados finais apurados pelos Tribunais Regionais Eleitorais com a recontagem decorrente de pedido nesse sentido formulado junto ao Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) a coincidência entre os resultados finais de apuração de pleito eleitoral e os resultados finais decorrentes de recontagem ordenada por Tribunal Regional Eleitoral ou pelo Superior Tribunal Eleitoral.</p>	<p>33. No ano em que ocorrerem eleições, os Partidos Políticos deverão enviar à Justiça Eleitoral balancetes</p> <p>(A) semestrais.</p> <p>(B) bimestrais.</p> <p>(C) trimestrais.</p> <p>(D) mensais, durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito.</p> <p>(E) mensais, durante todo o exercício.</p>
<p>31. No processo de impugnação de registro de candidatura,</p> <p>(A) o prazo para impugnação é de 5 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato.</p> <p>(B) a impugnação poderá ser feita por qualquer eleitor, desde que esteja em dia com a Justiça Eleitoral.</p> <p>(C) o fato em que se funda a impugnação deverá ser provado de plano, através de documentos, vedada a coleta de prova testemunhal.</p> <p>(D) o prazo para impugnação será de quinze dias, quando o impugnante for o Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(E) o prazo para impugnação será contado em dobro quando o impugnante for coligação.</p>	<p>34. A respeito das coligações, considere:</p> <p>I. O partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos.</p> <p>II. Dentro da mesma circunscrição, é facultado aos partidos políticos formar mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.</p> <p>III. A denominação da coligação poderá fazer referência a nome de candidato ou conter pedido de voto para partido político.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I e II.</p>



35. Augustus, candidato registrado pelo partido "Y" para concorrer ao cargo de Deputado Estadual, renunciou à sua candidatura. O respectivo partido poderá requerer o registro de substituto, escolhido na forma estabelecida no estatuto do partido, até
- (A) trinta dias da data da renúncia e até trinta dias da data do pleito.
 - (B) quinze dias contados da data da renúncia e até a data do pleito.
 - (C) trinta dias antes da data do pleito, independentemente da data da renúncia.
 - (D) dez dias contados da data da renúncia e até sessenta dias antes do pleito.
 - (E) sessenta dias antes do pleito, independentemente da data da renúncia.

36. Observados os demais requisitos legais, até a antevéspera das eleições, é permitida a propaganda paga
- (A) na imprensa escrita.
 - (B) no rádio.
 - (C) na televisão aberta.
 - (D) em canais de televisão por assinatura
 - (E) através de *outdoors*.

37. A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. O ofendido, ou seu representante legal, quando se tratar do horário eleitoral gratuito, da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e de órgão da imprensa escrita, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral nos prazos de, contados da veiculação da ofensa, respectivamente,
- (A) quarenta e oito horas, setenta e duas horas e vinte e quatro horas.
 - (B) setenta e duas horas, quarenta e oito horas e vinte e quatro horas.
 - (C) quarenta e oito horas, vinte e quatro horas e setenta e duas horas.
 - (D) vinte e quatro horas, setenta e duas horas e quarenta e oito horas.
 - (E) vinte e quatro horas, quarenta e oito horas e setenta e duas horas.

Direito Administrativo

38. No que concerne às fontes do Direito Administrativo, é correto afirmar que:
- (A) o costume não é considerado fonte do Direito Administrativo.
 - (B) uma das características da jurisprudência é o seu universalismo, ou seja, enquanto a doutrina tende a nacionalizar-se, a jurisprudência tende a universalizar-se.
 - (C) embora não influa na elaboração das leis, a doutrina exerce papel fundamental apenas nas decisões contenciosas, ordenando, assim, o próprio Direito Administrativo.
 - (D) tanto a Constituição Federal como a lei em sentido estrito constituem fontes primárias do Direito Administrativo.
 - (E) tendo em vista a relevância jurídica da jurisprudência, ela sempre obriga a Administração Pública.

39. Considere as seguintes assertivas acerca do tema "Improbidade Administrativa" (Lei nº 8.429/1992):

- I. Para a caracterização do ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, faz-se imprescindível a ocorrência de dano ao erário.
- II. Na hipótese de condenação por ato ímprobo que importe enriquecimento ilícito, será cabível, dentre outras sanções, multa civil de cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- III. No que concerne à sanção pecuniária de ressarcimento do dano, a mesma poderá ser executada provisoriamente, ainda que pendentes recursos nos Tribunais Superiores.
- IV. Os únicos atos ímprobos que comportam penalização a título de culpa são os causadores de prejuízos ao erário, previstos no artigo 10, da Lei nº 8.429/92.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) II.
- (E) II, III e IV.

40. Nos termos da Lei nº 11.416/2006, integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Sobre as mencionadas funções comissionadas e cargos em comissão, está correto afirmar:

- (A) Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial deverão fazê-lo no prazo de até dois anos da publicação do ato.
- (B) Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que não haja vínculo de subordinação, porém haja poder de decisão.
- (C) No máximo quarenta por cento dos cargos em comissão, no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário, serão destinados a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal.
- (D) As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas exclusivamente por servidores com formação superior.
- (E) Os critérios para o exercício de funções comissionadas de natureza não gerencial serão estabelecidos em regulamento.



41. Nos termos da Lei nº 8.112/90, tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas, e, em seguida, será citado para oferecer defesa escrita.

Atendidos os demais requisitos legais, o prazo para a aludida defesa escrita

- (A) será de vinte dias a partir da última publicação do edital, na hipótese de indiciado citado por edital.
- (B) será comum e de trinta dias, na hipótese de haver dois ou mais indiciados.
- (C) poderá ser prorrogado pelo triplo, desde que seja para diligências reputadas indispensáveis.
- (D) contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, no caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação.
- (E) não será devolvido quando o indiciado for declarado revel.

42. A empresa Macro Engenharia Ltda. celebrou contrato administrativo com o Estado de Pernambuco para a execução de determinada obra pública, a ser realizada no prazo de dois anos. Após seis meses da data da assinatura do contrato, houve a dissolução da referida sociedade empresária. Tal fato

- (A) não enseja qualquer providência, bastando que a empresa comunique a Administração Pública do fato ocorrido.
- (B) constitui motivo para a rescisão do contrato administrativo, por ato escrito e unilateral da Administração Pública.
- (C) constitui motivo para a alteração do contrato administrativo, a ser efetivada unilateralmente pela Administração Pública.
- (D) acarretará a rescisão do contrato administrativo, que deverá, obrigatoriamente, ser realizada judicialmente, nos termos da legislação.
- (E) é causa de alteração do contrato administrativo, por acordo entre as partes.

43. Os bens de uso especial, se perderem essa natureza, pela desafetação,

- (A) continuam indisponíveis, pois a característica da inalienabilidade desses bens será sempre absoluta.
- (B) passam à categoria de bens de uso comum.
- (C) tornam-se disponíveis, no entanto, somente podem ser objeto de alienação de uma entidade pública para outra.
- (D) passam à categoria de bens dominicais, conservando, no entanto, a característica da inalienabilidade.
- (E) tornam-se disponíveis, podendo ser alienados pelos métodos de direito privado.

44. Nos termos da Lei nº 8.666/93, no que concerne ao sistema de registro de preços, está correto asseverar:

- (A) Deve haver estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados.
- (B) O registro de preços não necessita ser precedido de ampla pesquisa de mercado.
- (C) Os preços registrados serão publicados semestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- (D) O sistema de registro de preços será regulamentado por Lei Complementar, atendidas as peculiaridades regionais.
- (E) A validade do registro de preços deve ser superior a dois anos.

Direito Civil

45. Alfredo, cinquenta anos de idade, solteiro, está com câncer no pulmão. Para tratamento de sua moléstia passará dois anos nos Estados Unidos. Assim, vendeu o apartamento que residia e fez duas doações verbais: para Sílvia, sua empregada doméstica, doou a geladeira e fogão, e para José, o zelador do prédio, doou sua cama e uma televisão de tela plana de 14 polegadas. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, a doação verbal de Alfredo é

- (A) inválida, uma vez que o Código Civil brasileiro determina que a doação de bens móveis seja feita por escritura pública.
- (B) inválida, uma vez que o Código Civil brasileiro só prevê a doação verbal de produtos perecíveis de pequeno valor.
- (C) válida, desde que ocorra a incontente tradição do objeto doado.
- (D) inválida, uma vez que o Código Civil brasileiro determina que a doação de bens móveis seja feita por instrumento particular.
- (E) inválida, uma vez que o Código Civil brasileiro não admite qualquer tipo de doação de forma verbal, exigindo determinadas solenidades específicas do instituto.

46. Considere as seguintes assertivas a respeito do contrato de empreitada:

- I. Nos contratos de empreitada de edifícios, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo máximo de três anos, pela solidez e segurança do trabalho, em razão dos materiais.
- II. Se ocorrer diminuição no preço do material ou da mão-de-obra superior a um décimo do preço global convencionado, poderá este ser revisto, a pedido do dono da obra, para que se lhe assegure a diferença apurada.
- III. Em regra, não se extingue o contrato de empreitada pela morte de qualquer das partes.
- IV. O contrato para elaboração de um projeto implica a obrigação de executá-lo e de fiscalizar-lhe a execução.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.



47. De acordo com o Código Civil brasileiro, o imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que não se encontrar na posse de outrem,
- (A) não poderá ser arrecadado como bem vago, uma vez que não existe a figura do abandono de bem imóvel no Código Civil brasileiro.
- (B) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
- (C) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, dois anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
- (D) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, cinco anos depois, à propriedade da União.
- (E) poderá ser arrecadado como bem vago e passar, dez anos depois, à propriedade do Estado ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
48. Preconiza o Código Civil Brasileiro, que o instituto da lesão ocorrerá quando
- (A) houver declaração de vontade emanada de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (B) alguém, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (C) alguém, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (D) houver a transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, praticados por devedor já insolvente.
- (E) uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
49. Magda, amiga de infância de Manoel, ganhou na loteria. Para ajudá-lo, pagou dívida de seu amigo na condição de terceira não interessada que paga dívida em seu próprio nome. Neste caso, pelo Código Civil brasileiro, Magda
- (A) terá direito a reembolsar-se do que pagou; mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- (B) terá direito a reembolsar-se do que pagou e se sub-roga nos direitos do credor.
- (C) não terá direito a reembolsar-se do que pagou e não se sub-roga nos direitos do credor.
- (D) terá direito a reembolsar-se apenas de 50% do que pagou, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- (E) terá direito a reembolsar-se apenas de 30% do que pagou e se sub-roga nos direitos do credor.

Direito Processual Civil

50. No processo "A", o réu possui domicílio na Argentina e o autor no Uruguai; no processo "B", o domicílio do réu é desconhecido. Nestes casos, considerando que ambas as ações são fundadas em direito real sobre bem móvel,
- (A) o processo "A" deverá ser proposto, necessariamente, no último domicílio do réu no Brasil e o processo "B" onde o réu for encontrado.
- (B) em ambos os processos a ação será proposta em qualquer foro.
- (C) em ambos os processos a ação será proposta obrigatoriamente onde o réu for encontrado.
- (D) o processo "A" deverá ser proposto, necessariamente, no último domicílio do réu no Brasil e o processo "B" no domicílio do autor.
- (E) o processo "A" será proposto em qualquer foro e o processo "B" onde o réu for encontrado ou no domicílio do autor.
51. A suspensão do processo nunca poderá exceder seis meses quando
- (A) ocorrer por convenção das partes.
- (B) a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa.
- (C) ocorrer por motivo de força maior devidamente comprovado.
- (D) o juiz acolher a alegação de perempção.
- (E) a sentença de mérito não puder ser proferida senão depois de verificado determinado fato, requisitada a outro juízo.
52. Fabiana, advogada recém-formada, ajuizou ação de cobrança para seu cliente Gilberto, em face de Hortência. Na petição inicial Fabiana não fez requerimento para a citação do réu, bem como deixou de atribuir valor à causa. Neste caso, o juiz
- (A) extinguirá o processo com resolução de mérito.
- (B) determinará a emenda da inicial no prazo de 10 dias.
- (C) extinguirá o processo sem resolução de mérito.
- (D) determinará a emenda da inicial no prazo de 5 dias.
- (E) receberá a inicial e determinará a citação do réu, tendo em vista que Fabiana cometeu apenas erros formais.
53. No tocante ao procedimento ordinário, considere as seguintes assertivas a respeito das respostas do réu:
- I. A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais.
- II. O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal. Pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
- III. É lícito a qualquer das partes arguir, por meio de exceção, o impedimento ou a suspeição. Este direito pode ser exercido em qualquer tempo, ou grau de jurisdição.
- IV. Oferecida a reconvenção, o autor reconvido será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de dez dias.
- De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.



54. De acordo com o artigo 9º da Lei nº 7.347/85, que regula a Ação Civil Pública, “se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente”. Neste caso, os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos ao

- (A) Colégio de Procuradores de Justiça.
- (B) Procurador Geral de Justiça.
- (C) Corregedor Geral da Justiça.
- (D) Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) Órgão especial do Tribunal de Justiça competente.

Direito Penal

55. De acordo com o Código Penal brasileiro,

- (A) não há distinção entre autores, co-autores e partícipes, que incidem de forma idêntica nas penas cominadas ao delito.
- (B) os autores, co-autores e partícipes incidem nas penas cominadas ao delito na medida de sua culpabilidade.
- (C) ao autor principal será obrigatoriamente imposta pena mais alta que a dos co-autores e partícipes.
- (D) ao autor principal e aos co-autores será obrigatoriamente imposta pena mais alta que a dos partícipes.
- (E) ao autor principal será imposta a pena prevista para o delito, sendo que os co-autores e os partícipes terão obrigatoriamente a pena reduzida de um sexto a um terço.

56. O crime de uso de documento falso

- (A) só se caracteriza se a falsidade do documento for material.
- (B) é punível a título de culpa.
- (C) caracteriza-se independentemente do agente ter ciência da falsidade.
- (D) pode ser cometido com dolo eventual.
- (E) não pode ser cometido pelo autor da falsificação.

Direito Processual Penal

57. A respeito da ação penal privada subsidiária, é correto afirmar que o Ministério Público NÃO pode

- (A) deixar de funcionar quando discordar dos termos da queixa.
- (B) repudiar a queixa e oferecer denúncia substitutiva.
- (C) retomar a ação como parte principal em caso de negligência do querelante.
- (D) fornecer elementos de prova.
- (E) interpor recurso, uma vez que não é parte.

58. NÃO caberá recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que

- (A) pronunciar o réu.
- (B) concluir pela incompetência do juízo.
- (C) receber a denúncia ou a queixa.
- (D) decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- (E) denegar a apelação ou a julgar deserta.

Noções de Administração

59. A equipe de gestores da instituição pública ELEGE definiu que sua missão é garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia. Seus objetivos estratégicos são organizados sob quatro níveis de perspectivas: a sociedade, processos internos, pessoas e infraestrutura. No entanto, é preciso analisar o ambiente em que a instituição atua de modo que o Mapa Estratégico e suas ações estejam alinhados com o cenário. Nesse contexto, analise:

- I. Oportunidades são aspectos externos, atuais ou futuros que, se aproveitados pela organização, podem influenciá-la positivamente.
- II. Ameaças são situações externas, atuais ou futuras que, se não equacionadas, minimizadas ou evitadas pela instituição, podem afetá-la negativamente.
- III. Forças são características internas da instituição, materiais ou não, que podem ser aproveitadas para otimizar seu desempenho.
- IV. Fraquezas são características internas da organização que devem ser reduzidas ou eliminadas para evitar influência negativa sobre seu desempenho.

É correto o que consta em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

60. José Karisma, gestor de projetos da instituição pública ELEGE e sua equipe, traçou, em seu plano de gestão estratégica para o período 2011-2013, o projeto Gestão de Processos com o objetivo de estruturar o Escritório de Processos da instituição. Nessa fase de gestão do projeto, definiu que está incluso no projeto a definição de metodologia de gestão de processos, capacitação da equipe e a contratação de consultoria especializada para auxiliar tecnicamente o desenvolvimento dos trabalhos, facilitando a implantação das etapas de mapeamento e melhorias, identificação dos itens e medidas de controle e padronização dos seus principais processos de trabalho. Pela metodologia PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*), esta fase trata do Gerenciamento

- (A) do Escopo do projeto.
- (B) da Integração do projeto.
- (C) da Qualidade do projeto.
- (D) dos Riscos do projeto.
- (E) das Aquisições do projeto.

